Um mapa da América portuguesa e outros para a *Capitania de Minas Geraes* produzidos na Vila Rica dos anos 1760

Antônio Gilberto Costa Centro de Referência em Cartografia Histórica UFMG ag.costa@uol.com.br

Resumo:

Na busca por entendimentos sobre as fronteiras entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo e informações acerca de políticas oficiais visando as suas delimitações, foi possível constatar uma ativa produção de mapas na Vila Rica dos anos 1760. Desse conjunto pesquisado destaca-se um cujo território representado em muito extrapola as divisas e os interesses de Minas. De modo geral, essa produção deu-se em função da determinação de Luís Diogo Lobo da Silva, 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, que tinha essas delimitações com um dos principais objetivos do seu governo, mas não só. A partir de 1763, e até o final da sua administração, em 1768, Luís Diogo defendeu as divisas de Minas, determinando que as demarcações e outras informações disponíveis sobre a capitania fossem lançadas em documentos cartográficos como a CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes e a Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes, Anno de 1767. Certamente visando outros interesses, que não só os da capitania sob a sua responsabilidade determinou a produção de um documento representando praticamente todo o território português na América e intitulado: CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL Dividida em sete principaes partes (...), apresentada em 1768. Outro documento, como a CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q' se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós Ihe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, (...), produzido em período imediatamente anterior ao início da administração de Luís Diogo, integra esse conjunto de documentos.

Palavras-chave:

Cartografia, Limites, Minas Gerais, América Portuguesa.

Abstract:

In the search for understandings about the borders between the captaincies of Minas Gerais and São Paulo and information about official policies aiming at their delimitation, it was possible to verify an active map production in Vila Rica from the 1760s. Of this researched set stands out a map whose territory represented in much extrapolates the currencies and interests of Minas. In general, this production was due to the determination of Luis Diogo Lobo da Silva, 4th Governor and Captain General of the Captaincy of Minas Gerais, who had these delimitations with one of the main objectives of his government, but not only. From 1763, and until the end of his administration, in 1768, Luís Diogo defended the borders of Minas, determining that the demarcations and other information available on the captaincy were released in cartographic documents such as the CARTA GEOGRAPHICA that comprises the whole of the region. Rio das Mortes, Villa Rica, and part of the city of Mariana of the Government of Minas Geraes and the Geographic Charter of the Captaincy of Minas Geraes and Confining Parties, Year 1767. Certainly aiming at interests other than those of the captaincy under its responsibility. determined the production of a document representing practically the whole of Portuguese territory in America entitled: GEOGRAPHIC CHARTER of SOUTH AMERICA Divided into seven main parts (...), presented in 1768. Another document, such as the GEOGRAPHIC CHARTER of the Villa Rica Term, in which it is shown that the Arrayaes of Catas Altas da Noroega, Itaberava, and Carijós are closer to it than that of Villa de S. José, and also that of S. Antonio do Rio das Pedras, which touches that of Sabará, (...), produced in a period immediately prior to the beginning of Luís Diogo's administration, is part of this set of documents.

Keyword

Cartography, Limits, Minas Gerais, Portuguese America.

Introdução

Em fins da primeira metade do século XVIII, e em tempos que antecederam ao Tratado de Madrid ou de Limites, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, questões envolvendo definições de limites entre as capitanias de Minas e de São Paulo mereceram atenção do governo português, seja em Lisboa ou no Rio de Janeiro (COSTA, 2007, p. 130). Por conta disso foram produzidos documentos cartográficos como aquele do Desembargador Tomas Rubi de Barros Barreto. Enviado ao Brasil por Alexandre de Gusmão em 1743, tinha a incumbência de fixar os limites das Capitanias das Minas e levantar dados geográficos e históricos fora do já conhecido eixo Rio de Janeiro – Mariana, pois segundo Gusmão "isto tenho eu já circunstanciado com toda a costa marítima da nossa América Meridional", conforme transcrito por Mário Clemente Ferreira (2000, p. 185). Tomas Rubi cooperou com o então Governador do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Conde de Bobadela, no levantamento de dados para a preparação de cartas geográficas que, posteriormente, foram enviadas a Lisboa, por solicitação do próprio Alexandre de Gusmão. Com base nesses dados, ao final do segundo quartel do século XVIII, foram preparados documentos, entre os quais um mapa regional e intitulado: *Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thé a Ilha Grande, em que compreende a Campª de São Paulo, e huma parte de Minas Geraes, e Goiaz¹*, atribuído a Tomas Rubi.

Além de informações sobre as divisas entre as capitanias de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, esse mapa também contém marcações do *Caminho Velho para Minas Gerais* passando por Guaratinguetá e do *Caminho para Goiás*. Os caminhos se encontravam na região da Campanha do Rio Verde e daí em diante seguiam até São João de El Rey. Para os deslocamentos a partir de São Paulo em direção à região das minas, o Marco do Lopo [Serra do Lopo] era uma referência importante. O mapa mostra uma variante através deste Marco, situado na serra de mesmo nome. A serra mencionada e o marco eram já algumas das referências para a delimitação entre as capitanias de paulistas e mineiros.

Mas questões envolvendo delimitações da Capitania de Minas Gerais, em especial com a de São Paulo, persistiram e, já no início dos anos 1760, com a nova separação administrativa entre as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que por um tempo tiveram um único governador, essas iniciativas foram retomadas visando uma solução para essas demarcações. Por determinações superiores, governadores de Minas e de São Paulo, Luiz Diogo Lobo da Silva e Luiz António de Souza, respectivamente, colocaram em prática ações visando o levantamento de mais dados e, no caso de Minas, essas ações certamente envolveram a produção de documentos cartográficos, em Vila Rica.

A produção de mapas em Vila Rica nos anos 1760

Ainda que não existam documentos que indiquem qualquer tipo de orientação nesse sentido ou mesmo de qualquer

¹ Mapa da Coleção Biblioteca Guita e José Mindlin, São Paulo, atualmente fazendo parte da Coleção Brasiliana da USP.

estruturação visando a produção de documentos cartográficos na capital da Capitania de Minas Gerais nesse tempo, mapas ou cartas foram produzidas com diferentes propósitos e representando partes ou até mesmo a totalidade do território mineiro daquela época.

Essa produção mineira, tão pouco mencionada,nem sempre pode ser comprovada por informações presentes nesses mapas, pois estes raramente trazem nomes de que os produziu, em que data foram feitos e a mando de quem. Mas por meio de referências em outros documentos, como as correspondências dos anos 1760, trocadas entre governadores e entre o governador de Minas e autoridades portuguesas na cidade do Rio de Janeiro e Lisboa, podem ser aventadas algumas respostas para estas questões. Infelizmente, comprovada a produção desses mapas em Minas, restam sem confirmação ou informação as suas devidas autorias.

A seguir são descritos documentos cartográficos que se encontram disponíveis em diferentes arquivos e que foram produzidos por determinação e como consequência de ações envolvendo os governadores das capitanias de Minas e São Paulo que visavam sobretudo a definição de limites entre elas e considerados decisivos para a história de ambas.

A CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes

No período de interesse e em um contexto envolvendo a necessidade de acertos das demarcações de limites entre as capitanias de São Paulo e Minas, lembrando que Minas havia deixado de ser tutelada pelo governador do Rio de Janeiro, um primeiro documento foi produzido, muito provavelmente entre 1763 e 1764. Este documento tinha por objetivo registrar os esforços de um governador no sentido de dar atendimento à orientação que lhe havia sido passada pelo governo central, instalado em Lisboa.

Assim, com o propósito de se inteirar das contendas referentes à divisa entre as capitanias de São Paulo e de Minas, mas também de outras necessidades de parte desta capitania, o 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva visitou arraiais, registros e outros lugares da Comarca do Rio das Mortes, retornando à Vila de São João del Rey e em seguida a Vila Rica.

Nessa visita o governador mineiro foi acompanhado de seu secretário Cláudio Manoel da Costa, que já há essa época aparece como geógrafo e cartógrafo. Durante esse giro o governador e sua comitiva percorreram toda a divisa com São Paulo e de acordo com a balizada opinião de Cláudio Manoel, a região em contenda, teve a linha de divisória definitiva: "Uma linha reta que partindo do Morro do Lopo fosse ter à Pedra da Extrema" (LIMA JÚNIOR, 1896, p. 27).

Todo o itinerário dessa sua viagem e outras informações sobre demarcações de limites da Capitania de Minas Geraisforam registrados na CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes² (Fig. 01). Segundo registrado por Márcia Maria Duarte dos

-

² Mapa sob a guarda da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Cópia de 1827.

Santos e Antônio Gilberto Costa (2016, p. 63), "em seu périplo, o governador deixou registros estabelecidos pelas fronteiras e publicou em Jaguari (Camanducaia) e São João-del- Rei bandos que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras". O bando publicado em São João Del Rey, em 24 de novembro, e outros documentos foram enviados a Lisboa que, por meio do Aviso de 25 de março de 1765, aprovou todos os atos e providências do governador (VASCONCELLOS, 1911, p. 113 e 114).

Um forte argumento para a produção desse mapa em Vila Rica pode ser encontrado na carta do governador de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, enviada ao Vice-Rei, Conde da Cunha e datada de 10 de setembro de 1765. Nessa cartaele menciona:

(...) me parece se deve conservar o Governo de Minas Geraes balizando com o de São Paulo, pela demarcação que mandou executar o meu antecessor por Thomaz Ruby, por ser a mais conforme a natureza do Paiz e interesses regios, segundo examinei no giro que fiz e consta da Carta Geographica, que remetti a V. Exa. em companhia dos quintos (...). (DERBY, 1896, p. 213)

Sobre o assunto mapas e em sequência, o Conde da Cunha, vice-rei entre 1763 e 1767, em correspondência encaminada ao Ministro e Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e datada de 31 de outubro de 1765, descreve suas ações com relação à questão dos limites das capitanias de Minas e São Paulo e cita o Guarda-Mor das Minas Geraes Pedro Dias Paes Leme como sendo uma fonte de informações e autor de uma carta cartográfica emprodução no Rio de Janeiro. Mas nessa correspondência o vice-rei faz também referência a um documento cartográfico produzido por ordem do governador do Minas e muito certamente em Vila Rica:

e este é o que tem dado a luz que precizavamos para se fabricarem as cartas geographicas, que eu e o Governador das Minas mandamos fazer; na que eu ordenei e mandei pôr em limpo (que a V. Exa. Remeto) nella trabalho há mais de um anno, não só com as noticias que o mesmo Pedro Dias me tem dado, mas também com todas as mais que adquirir, e dos mesmos sujeitos que à Junta vieram; e ainda que esta carta pouco difere da que mandou fazer Luiz Lobo, que também vae junta sempre me quer parecer que a minha é a mais exacta. (DERBY, 1896, p.222-223).

Outro reforço para essa produção de mapas em Vila Rica também pode ser encontrado em correspondência em data anterior e do mesmo Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ainda em 1765, mas em 02 de agosto, o vice-rei diante da impossibilidade para a produção local de mapas, já havia efetuado a seguinte cobrança ao governo em Lisboa:

providencia de Engenheiros pois que presentemente não tenho nenhum, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim não vi obra sua que regular seja, nem este Official se quer já occupar n'este exercicio; o Coronel José Costodio pareceme que tambem se não aplicou senão á architectura civil, e este está Governando o Rio Grande; o argento mor José Cardozo Ramalho está presentemente na Colonia onde é muito necessario; e as fortalezas como nenhuma dellas está completamente acabada, todas necessitam de professor que risque e veja as muitas obras que de necessidade se lhe devem fazer. (DERBY, 1896, p.210)

Com certeza o pedido do Conde da Cunha foi atendido, pois sabe-se que sob as suas ordens foi produzido um mapa para a Capitania do Rio de Janeiro por volta de 1767. O mapa foi feito pelo Sargento-Mor Manoel Vieira Leão em formato de folhas, que em 1797 constituíram a base para a produção da Carta Geographica da Capitania do Rio de Janeiro. Por conta do conteúdo dessas correspondências e em especial daquela de outubro de 1765 fica-se com a informação sobre a existência de duas cartas envolvendo território mineiro e certamente a região da Comarca do Rio das Mortes, mas sobretudo com a certeza de que uma delas foi produzida em Vila Rica e outra no Rio de Janeiro. Assim como já sugerido, pode-se supor que um destes dois mapas, semelhantes entre si, foi preparatório para a produção de um outro, abrangendo toda a capitania de Minas e datado de 1767, e que, há esse tempo, já estaria em fase de produção na capital das Minas. Sobre a existência dessas duas cartas, em princípio entendidas como sendo para a Comarca do Rio das Mortes, ainda que não se tenham informações sobre os originais, mas apenas sobre suas cópias, sabe-se que elas se encontravam sob a guarda do antigo Arquivo Militar. Comparando a cópia fotográfica apresentada na publicação oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, vol. XI, com a cópia de 1827, da Mapoteca do Itamaraty, constata-se que as duas apresentam diferenças com relação a disposição de inúmeros topônimos, o que poderia indicar serem estas as cópias das duas originais mencionadas pelo Conde da Cunha e com as suas respectivas diferenças de origem.

A CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica

O documento em questão traz a representação apenas da parte central do território mineiro e certamente foi produzido em data anterior a 1767. Fazendo parte dos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, a *CARTA GEO-GRAFICA do Termo de Villa Rica, em q' se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de léguas* (Fig. 02), pode ser considerada como um outro documento que reforça a produção de mapas em Vila Rica e que foi importante para a produção de outros documentos nos anos de 1760. O pedido para sua produção teria acontecido por volta de 1758.

Sobre essa carta Lima Júnior (1969, p. 29) menciona a existência de um ofício do Governador de Minas Luiz Diogo Lobo da Silva, datado de 25 de agosto de 1766, que declara "juntar uma planta mandada levantar há tempos, pela Câmara de Vila Rica", tratando de transferências de jurisdições de diversas localidades. Sobre a autoria desse documento cartográfico o mesmo Lima Júnior (1969, p. 29) também menciona informação repassada por Xavier da Veiga e registrada por este nas Efemérides Mineiras, relacionando Cláudio Manoel da Costa com a produção da carta. No caso, Xavier da Veiga informa sobre um testemunho de Cláudio Manoel da Costa confirmando ter recebido a quantia de meia libra em ouro por sua produção. Nomeado secretário do Governador Luis Diogo Lôbo da Silva, Cláudio Manoel, competente reorganizador da administração da Capitania de Minas, permaneceu até o governo de Dom Rodrigo de Menezes.

Ainda que certamente produzida em data anterior ao governo de Luiz Diogo Lobo da Silva e que existam questionamen-

tos se essa carta teria ou não a autoria de Cláudio Manoel da Costa, interessa o fato de ter sido produzida em Vila Rica e de ter sido certamente utilizada para a produção de outros documentos cartográficos na capitania dos anos 1760. Com certeza informações que constam deste documento foram também uteis para a produção da carta de 1767.

CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES, o mapa de 1767

Segundo Márcia Maria dos Santos e Antônio Gilberto Costa (2016, p. 49), a "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes de 1767" (Fig. 03) pode ser considerada como sendo a mais antiga representação da Capitania de Minas Gerais, enquanto uma circunscrição político-administrativa independente, dentre as que se encontram sobre a guarda de instituições arquivísticas e museológicas, no Brasil e em Portugal. Segundo estes autores se encontram registrados na carta "os avanços extraordinários do povoamento e do conhecimento das dimensões geográficas físicas e humanas do território que se construiu, com a impulsão dos achados de ouro e diamante". Referências diretas e indiretas à esta "Carta Geographica ..." e ao seu processo de produção podem ser encontradas

Referências diretas e indiretas à esta "Carta Geographica ..." e ao seu processo de produção podem ser encontradas em documentos que tratam das divisas de São Paulo e Minas Gerais e que foram reproduzidos na obra publicada pelo Arquivo do Estado de S. Paulo, em 1896, sob o título: Publicação Official de Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo. Já no índice desta obra, na seção *Mappas*, há a seguinte referência para a carta:

Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes, Anno de 1767. - Este mappa é mais ou menos a quarta parte, reduzida à metade da escala original, de um grande mappa conservado no Archivo Militar, que deve ser o original, ou cópia pelo próprio author do mappa que estava sendo confeccionado por ordem de Luiz Diogo em 1767.(DERBY, 1896, p. 288).

Como já mencionado anteriormente, o período entre 1765 e 1775 correspondeu a um dos mais movimentados no que diz respeito aos acertos de limites entre as duas capitanias e segue aquele marcado pelos trabalhos de uma comissão de demarcação sob a responsabilidade do ouvidor Thomaz Ruby de Barros Barreto. Por conta disso, o governador de São Paulo, D. Luiz António manteve extensa troca de cartas com D. Luiz Diego Lobo da Silva, Governador de Minas, com o Vice-Rei Conde da Cunha e com ministros em Lisboa, tratando de questões envolvendo limites entre SP e MG. A partir da análise destas correspondências, em especial daquelas trocadas entre os responsáveis pelos governos de Minas Gerais e de São Paulo, entre fins de 1766 e o início de 1767, pode-se perceber alguma movimentação do governador de Minas na direção da produção de uma carta geográfica contemplando o território da então capitania sob a sua responsabilidade.

Uma importante referência sobre a produção de mapas nesse período pode ser encontrada na correspondência de 25 de novembro de 1766, onde o governador de São Paulo escreveu ao de Minas:

Por ora não he necessario que V. Ex. se mova, mas ao depois não se sabe o que será. Eu desta Capitania tenho parte das leys do conhecimento dos portos, da sua carta e das correntes, e dispo-

zições dos seos rios adquirida aos pedaços e em toscos dezenhos por não ter quem o ponha em limpo. Porém desse paiz que V. Ex. governa nada sei e estimaria muito se a V. Ex. não serville de incomodo, que houvesse quem ainda que fosse debuxado com lapis me dispozesse os lugares, as comarcas e os rios dessa Capitania, porquecom essa falta não posso discorrer nada sobre o que V. Ex. pode obrar com o auxilio das nossas comuas idéas. (DERBY, 1896, p.285)

Considerando o exposto na mensagem acima fica entendido que o governo de São Paulo tinha informações sobre São Paulo, não dispunha de informações sobre Minas e tão pouco de alguém que pudesse produzir documentos confiáveis. D. Luiz António dá a entender que o governador de Minas talvez tivesse e que, portanto, poderia lhe transferir informações sobre Minas nas condições aqui destacadas:"(...) ainda que fosse debuxado com lapis me dispozesse os lugares, as comarcas e os rios dessa Capitania".

Alguns meses mais tarde, em 10 de abril de 1767, o governador de Minas Gerais Luiz Diogo Lobo da Silva respondeu a esta carta do governador de São Paulo, datada de 25 de novembro de 1766, da qual destaca-se:

Bem desejara poder satisfazer a parte das noticias que V.Exa. me pede relativas a configuração e geographia deste Governo; porem para poder reduzir a forma competente de se perceberam sem confusão, e com a distinçam necessária as que tenho adquirido, se faz necessário que V. Exa. me queira confiar as que a sua actividade e reconhecida intelligencia tiver alcançado desse Governo para com humas e outras formar o Mappa Geographico em que se demonstrem quanto for praticável mais conformar a referida configuração e natureza o território que os mencionados dous Governos comprehendem" (DERBY, 1896, p. 287-289).

Dessa forma, fica claro não só o condicionamento para o repasse de informações ao governante de São Paulo: "se faz necessário que V. Exa. me queira confiar as que a sua atividade e reconhecida inteligência tiver alcançado", mas sobretudo se confirma a presença de pessoal com capacidade para a produção de mapas em Vila Rica. Da forma como o assunto foi tratado se entende que estava em curso a preparação em Minas de um mapa ou de uma carta geográfica para essa capitania, que representaria o seu respectivo território.

Em 08 de julho de 1767, Luiz António respondeu a Luiz Diogo Lobo da Silva, tratando de assuntos relacionados com limites e ocupação, mas não fez nenhuma alusão à proposta para o repasse de informações e nem mesmo sobre o mapa mencionado pelo governador de Minas. Este por sua vez, respondeu a Luiz António, em 31 de julho de 1767, mas apenas tratando de limites de Minas, igualmente sem fazer qualquer menção ao seu *mappa geographico*.

Ainda com base nos documentos que constam da publicação que reuniu documentos interessantes para a história de São Paulo (DERBY, 1896, p. 288), D. Luiz António respondeu ao governador de Minas, mencionando sobre um mapa, mas em carta de 16 de agosto de 1767. Nessa correspondência ele fez referência a um mapa ou a um esboço certamente para a Capitania de São Paulo, reforçando a ausência de pessoal capacitado na sua capitania e segundo os seguintes termos: "o mappa desta Capitania fica procurando quem ao menos porte médio o possa por em limpo". Sem outras informações pode-se apenas aventar que o governador de São Paulo tinha suas posições sobre os limites entre Minas e São Paulo, certamente não concordava com os limites entre as capitanias proposto para e por gente liga-

da a Minas e gostaria de encontrar alguém que o pudesse produzir, ou "por em limpo" um documento cartográfico, a partir de rascunhos ou de estudos preliminares feitos pelo mesmo.

Ainda sobre esse "mappageográfico" de Luiz Diogo, Orvilly Derby (1897, p. 83, 223 e 288) comenta ser este um mapa para a capitania de Minas organizado em 1767 e cujo original estaria guardado no extinto Archivo Militardo Rio de Janeiro.

Importante destacar que a produção dessa carta ou mapa geográfico, em período anterior a 1767, foi garantida pela publicação de um Aviso Régio de 25/03/1765, que confirmava os "(...) actos de jurisdição no território de que tomou posse [o governador Luiz Diogo Lobo da Silva] no seu celebre "giro" [viagem do citado governador, que em 1764 iniciou visita às áreas de fronteira com São Paulo, a partir de São João Del Rey]". Assim sendo, se entende que a carta que registrou o giro do governador de Minas e não outra foi utilizada como base para essa carta de 1767 e representando aproximadamente a quarta parte desta.

Não questionando os limites propostos ou estabelecidos pelo governador mineiro e não questionando bandos publicados a mando de Luiz Diogo Lobo da Silva, que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras, o governo em Lisboa não só aprovou todos os atos e providências do governador (VASCONCELLOS, 1911, p. 113 e 114) como deu o seu reconhecimento para a validade de limites antigos e daqueles representados em documentos cartográficos em produção em Minas Gerais, em especial na Carta de 1767.

A última correspondência entre Luiz Diogo e Luiz António tratando de limites entre Minas e São Paulo data de 31 de julho de 1767. Houve uma correspondência em 25 de fevereiro de 1768, mas não foram tratadas questões relacionadas com limites e assim como na anterior nenhuma menção foi feita a qualquer mapa ou carta. O governador de Minas deixou o cargo em 16 de julho de 1768, substituído pelo Conde de Valadares, mas, há essa época, a sua Carta Geographica certamente já estava pronta.

A CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL, em 1768

Durante a pesquisa sobre documentos cartográficos produzidos em Vila Rica nos anos 1760, tomou-se contato com um documento até então praticamente desconhecido e sem nenhuma referência ou publicação nos últimos cem anos. Fazendo parte do acervo da Mapoteca do Itamaraty, o documento em questão tem a seguinte identificação: *CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL Dividida em sete principaes partes, subdividas em outras, que no Brazil se denomina Capitanias* e estas repartidas em outras muitas com o título de Comarcas ou Ouvedorias E Huã pequena parte da America Septentrional (...)mandou delinear e colorir Luiz Diogo Lobo da Sylva, Govor e Capam Gnal da Capnia de Minas Geraes (...). Como parte das informações que constam do mapa, sabe-se que este foi produzido a partir de muitos outros documentos cartográficos e de várias partes, que foi produzido em Vila Rica, que o seu autor foi António Martins da Silveira Peixoto e o ano era o de 1768.

O documento em questão (Fig. 04)revestiu-se de especial importância no âmbito da pesquisa, pois entende-se que a

sua existência confirma não só a já mencionada produção cartográfica em Minas de meados do século XVIII, mas sobretudo lança luz sobre evidentes interesses do então governador Luís Diogo Lobo da Silva, que certamente extrapolavam os limites da capitania sob a sua responsabilidade.

A partir da análise de sua legenda tem-se uma descrição da América Meridional contendo as seguintes informações: "divide-se em sete partes principais, o Brasil, Paraguai, Terra de Magalhães, Chile, Reino do Peru, o País das Amazonas e Terra Firme. O Brasil pertencente a S. M F. compreende dezessete capitanias, a saber, oito com governo superior, que são Minas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará. Com nove subordinadas a aquelas que pertencem conforme as suas divisões, e são S. Vicente, Espírito Santo, Porto Seguro, (...) Ilhéus, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e a Alagoas. Capital de todas é o Rio de Janeiro onde reside o Vice-Rei. Todas estas capitanias são férteis, e abundantes de diversos gêneros que produzem cultivando-se, e com que enriquecem seus moradores, além de muitas pedras preciosas, e especialmente diamantes de que abunda a Comarca do Serro do Frio na Capitania de Minas Gerais, com o que se faz mais (...) e rica esta Capitania entre as (...), sendo também as suas lavras, e minas de ouro as que com mais grandeza tem dado a S M F riquíssimos tesouros no seu 5°; - Paraguai, cujo país fortifica o Rio da Prata se acha hoje quase todo nos domínios do Rei de Castela estendendo-se as suas povoações por todo o terreno de ambas as partes do mesmo Rio, onde (...) muitas Missões e Aldeias de Gentios Agregados. Por este rio parece natural fazer-se a divisão do s domínios de Portugal e Castela por ser a sua direção pelo meio da América, e de Norte a Sul, porem como os castelhanos se introduzirão com Missões, agregando o Gentio, e povoando grande parte do terreno do Nascente, que lhes não pertencia pela primeira divisão da linha imaginaria determinada também de Norte a Sul no tempo de seu descobrimento, ficarão quase de (...), e foi feita a divisão no presente século por onde se representa nesta Carta. Todo este continente é fertilíssimo de mantimentos, que a terra cultivada produz (...)mente. A sua maior riqueza consiste nas muitas minas de prata, q com abundancia se extrai das suas montanhas, e de que se alimenta a foria do comércio, pela boca do rio da prata, donde lhe vem o nome; - A terra de Magalhães, que de todas é a mais Meridional também pertence ao Rei de Castela, é pouco cultivada em razão da sua esterilidade, e muito frio, principalmente na parte mais vizinha ao Polo; - Chile, o Reino do Peru, uma grande parte do País das Amazonas e a Terra Firme, pertencem aos domínios de Castela são terras abundantes e férteis de frutos; - E como se não adquiriu mais exatas notícias destes países se não apresão aqui suas qualidades".

A partir da pesquisa envolvendo esta carta e a extensão do território representado, passou-se a trabalhar com a hipótese de que esta não só reforçava as pretensões do então governador mineiro, mas poderia representar o auge para a produção de documentos cartográficos a partir da Capitania de Minas e envolvendo todo o território da América portuguesa. Considerando o período em que o mesmo foi produzido, ou seja logo em seguida à anulação do Tratado de Madrid, ocorrida em 12 de fevereiro de 1761, confirmada pela assinatura do Tratado de El Pardo, e anterior à assinatura do Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso de 1777 e com termos definitivos assinados em 1778, em El Pardo, fica reforçada essa hipótese sobre eventuais pretensões de Luís Diogo Lobo da Silva em alcançar posições mais proeminentes junto à administração colonial portuguesa.

Discussões e Conclusões

No tocante às informações sobre datas e autorias, dos quatro documentos aqui destacados, apenas o de 1768 contem data e nome do autor, António Martins da Sylveira Peixoto, referenciados no documento. As prováveis datas para os dois primeiros são tomadas com base na existência de correspondências que fazem menção aos mesmos. Por conta de semelhanças nos traços e informações que constam no de 1765 e 1767, se acredita terem pelo sido produzidos pelo mesmo autor.

Sobre António Martins da Sylveira Peixoto, autor do documento de 1768, sabe-se, pelas informações que constam da "collecção de mappas organisada pelo Barão do Rio Branco para acompanhar a sua exposição sobre a questão de limites com a Republica Argentina³", que esse militar estava em Vila Rica, no ano de 1768. Segundo informações que constam do documento preparado pelo barão e de outras presentes na obra Documentos Interessantes para a História e Costumes de S.Paulo (DERBY, 1896, p. LXI-LXII), esse militar foi descrito como um membro do corpo de dragões da capitania de Minas Gerais e considerado como sendo um "habil geographo" e ainda como "algum degradado que tinha accompanhado a commisão de demarcação ele 1758 cujos trabalhos elle reproduziu no seu mappa geral do continente".

Como não foram encontradas informações sobre quando António Sylveira chegou a Minas, pode-se suportambém ter sido ele o autor do mapa da Comarca do Rio das Mortes sobre a viagem do governador e da Carta da Capitania de 1767.

Sobre autorias, Antônio Gilberto Costa (2002, p. 145), assim como Márcia Maria Duarte dos Santos et al. (2013, p. 13), em trabalhos sobre cartografia da Capitania de Minas Gerais, informam sobre a presença em Vila Rica de um engenheiro militar português de nome José Joaquim da Rocha. Atuando junto à administração da Capitania de Minas Gerais, em parte durante a gestão do governador Luís Diogo Lobo da Silva, ou seja, entre 1763 e 16 de julho de 1768, esse militar é considerado responsável por levantamentos de dados geográficos sobre o território mineiro e pela produção de mapas. No entanto, essa produção comprovadamente como sendo de sua autoria deu-se somente a partir de 1777 e após a sua baixa do serviço militar, em 1778. Desse período, com certeza são conhecidos documentos ou reproduções que levam a sua assinatura. No entanto, considerando a sua presença em Vila Rica a partir de 1763, nada impede de se imaginar sua participação e suas contribuições na preparação ou produção dos documentos dos anos: c. 1765 (Mapa do giro do governador), c. 1766 (Mapa do Termo de Villa Rica), 1767 (Mapa da Capitania) e 1768 (Mapa da América do Sul).

Em período anterior aos anos 1760, o território das Minas ou fez parte de representações regionais ou foi representado apenas em parte com ênfase para a sua porção central. Após os anos 1760 e ao longo dos últimos 30 anos da

_

³ Na coleção de mapas organizada pelo Barão do Rio Branco o documento (reprodução parcial com o nº. 15 A, vol. VI) é descrito como: Carta Geographica ou Mappa Manuscripto da America Meridional, datado ou construído em Villa Rica, hoje Ouro Preto, por Antonio Sylveira Peixoto, em 1768. O mapa foi reproduzido em parte pelo Barão do Rio Branco na sua exposição para o arbitro da Questão de Limites Brazileira Argentina." (Ref. Itamaraty – Vol II pp. 104 e 174).

segunda metade do século XVIII, foram produzidos mapas, mas que de fato constituem cópias ou melhoramentos de um mapa produzido pelo engenheiro militar José Joaquim da Rocha, que já fazia parte da equipe de Luís Diogo Lobo da Silva.

A despeito de incertezas quanto a certas autorias e datas exatas para documentos cartográficos da Capitania de Minas Gerais ou de suas partes, não restam dúvidas sobre uma expressiva produção de mapas e outros documentos cartográficos ao longo dos anos 1760 e em Vila Rica.

Referências Bibliográficas

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Cartografia da Conquista do Território das Minas. Lisboa: Editora Kapa, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: Um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 83-224.

COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria dos. Um mapa com os limites da América portuguesa construído em Vila Rica, no ano de 1768. Anais do 3º. Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte, 2016.

DERBY, Orville A. (Org.). PUBLICAÇÃO OFFICIAL DE DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTORIA E COSTUMES DE S. PAULO Vol. XI - DIVISAS DE S. PAULO E MINAS GERAES. ARCHIVO DO ESTADO DE S. Paulo. São Paulo: Typ. A Vap. Esíndola, Siqueira & Campo, 1896. Correspondência do Governador de São Paulo D. Luiz António de Souza – Com os governadores de Minas Geraes, 1765 – 1775, p. 264 – 313.

FERREIRA Mario Clemente. *Uma idéia de Brasil num mapa inédito de 1746.* Oceanos, v. 43, p.184-195, julho/ setembro 2000.

LIMA JUNIOR, Augusto de. Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do). Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, submetida à decisão arbitral do presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América do Norte. Nova York: The Knickerbocker Press, 1894. 6 v.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGER, Friedrich Ewald. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. Anais do V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Petrópolis, p. 1-24, 2013.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto. O mapa de 1767 das Minas Gerais ecoando a questão dos limites da capitania. Acervo, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 29, N. 1, p. 48-66, Jan./Jun., 2016.

VASCONCELOS, Diogo de. A questão de limites. Revista do Arquivo Público Mineiro. XVI/1(1911): 107-203.

Figuras:

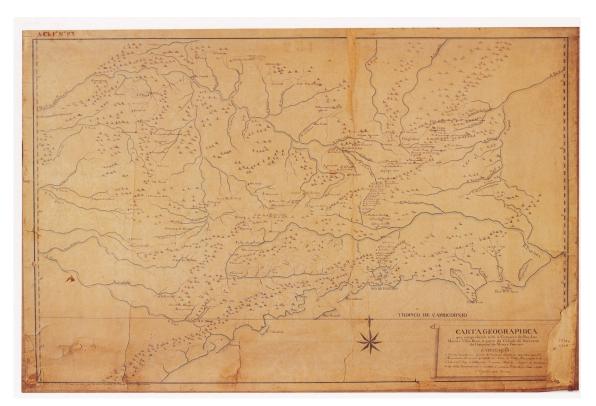


Figura 01: A CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes, trazo percurso da viagem do governador Luiz Diogo eo registro de parte dos limites entre as capitanias de Minas e São Paulo em meados do século XVIII. Pertence aos acervos da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

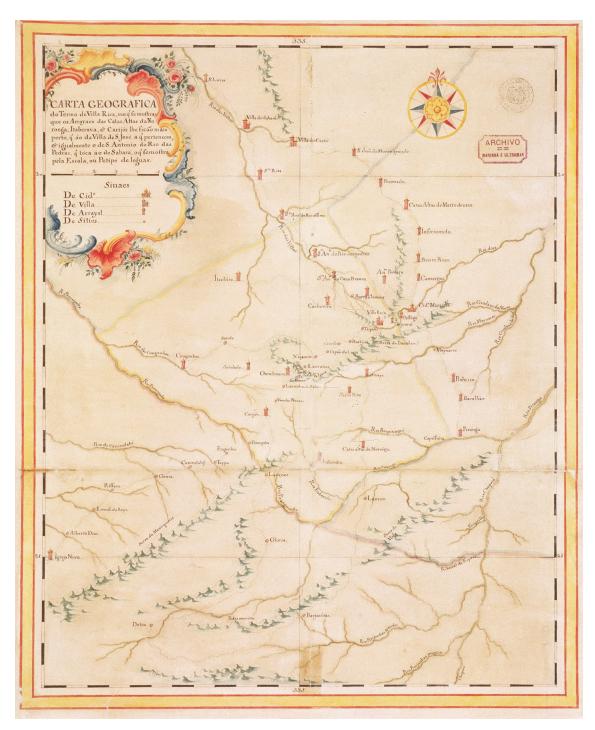


Figura 02: A CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica (...). Feita por determinação da Câmara de Vila Rica em fins dos anos 1750, retrata a parte central do território das Minas. Permanece a dúvida se de fato Cláudio Manoel da Costa seria o seu autor. Pertence aos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



Figura 03: A CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES, o mapa de 1767. Feita sob as ordens do governador Luiz Diogo, este documento representa a mais antiga síntese do conhecimento acerca do território mineiro que se tem notícia. Pertence ao acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



Figura 04: CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL, de 1768. Feita em Vila Rica, esta carta consiste na única representação da América portuguesa de meados do século XVIII produzida por ordem de um governador de capitania. Pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.